

Paulo Henrique MARTINS; Breno FONTES (orgs.). *Redes sociais e saúde: novas possibilidades teóricas*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2004. 160 páginas.

Katya Carvalho Alexandre

Falar da aplicação da idéia de redes sociais no campo da saúde é tentar demonstrar que existe, na atualidade, pesquisadores preocupados em repensar o impacto do modelo teórico dominante na saúde – que Foucault¹ denomina de modelo anátomo-clínico e que reproduz a idéia cartesiana da divisão e classificação de órgãos – sobre a reprodução do sistema social. Semelhante reavaliação teórica aponta para a necessidade de se recolocar o debate sobre saúde e doença num outro contexto de observação, que ultrapassa o simplesmente biológico e incorpora os aspectos sociais, econômicos, políticos e ambientais. Os estudiosos da Saúde Coletiva denominam esta nova perspectiva de Promoção da Saúde; os sociólogos diriam apenas se tratar de uma reconstrução do pensamento que leva mais a sério uma abordagem fenomenológica e hermenêutica.² De modo sintético, podemos dizer que essas reorientações de ‘olhares’ apontam para um diálogo de novo tipo entre a sociologia e as ciências da saúde, que é fundamental para o nascimento de um novo debate interdisciplinar sobre a perspectiva social da saúde.

Esse é, a nosso ver, o propósito do livro *Redes sociais e saúde*. O próprio subtítulo da obra – ‘novas possibilidades teóricas’ – nos convida a refletir na perspectiva da necessidade da formação de um novo paradigma nas ciências sociais da saúde. Pensar em termos de redes é entender a esfera social a partir de uma conexão dinâmica entre o uno e o diverso, o local e o global, o popular e o erudito, retirando-lhes o estatuto de simples dicotomias. Por isso é um avanço teórico-metodológico muito importante nas discussões de políticas públicas. “Nessa perspectiva, a idéia de rede se desenvolve na sociologia a partir da urgência teórica de se dar

¹ FOUCAULT, Michel. 2004. *Nascimento da clínica*. São Paulo: Forense Universitária.

² Cf. SANTOS, Boaventura de S. 2000. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. São Paulo: Graal.

conta das interações complexas da vida social e dos desafios epistemológicos de integração da diversidade nos processos sociais”. (ARCHER, 1991 apud MARTINS; FONTES, 2004, p. 105). A idéia de rede social, por seu lado, é enriquecida pela teoria da dádiva, difundida primordialmente na França, mas já bem conhecida em outros centros intelectuais, que valoriza a obrigação tríplice do dar, do receber e do retribuir na organização dos sistemas de troca diretos envolvendo indivíduos, grupos e comunidades. Esta teoria foi sistematizada por Marcel Mauss, um dos fundadores da sociologia francesa, no ensaio clássico denominado ‘Ensaio sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas’, redigido inicialmente no ano de 1924 e reeditado recentemente no Brasil.³

Por constituírem teorias voltadas para a compreensão da experiência direta dos sistemas de relacionamentos sociais, as teorias da dádiva⁴ e das redes sociais⁵ representam modelos de análise que não se limitam apenas ao plano cognitivo e causal da ação social, extrapolando tais limites para buscar na ordem prática as motivações da ação humana e os sentidos dados a essas motivações. Um desses sentidos diz respeito à forma de fazer política pelos atores locais, destacando-se, aqui, formas que priorizam a vida associativa, não a condicionando diretamente aos interesses do mercado e às obrigações legais e burocráticas emanadas do Estado.

Nesta perspectiva, os textos contidos na obra *Redes sociais e saúde: novas possibilidades teóricas* constituem um convite ao aprofundamento da reflexão a respeito da sociedade contemporânea a partir de um olhar mais complexo da saúde, que valorize a dinâmica relacional mais que os interesses e estratégias dos agentes. A valorização sociológica de políticas voltadas para a **descentralização** e a **territorialização** e para a promoção da saúde – como observamos através do desenvolvimento de programas tais como

³ MAUSS, Marcel. 2003. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify.

⁴ CAILLÉ, Alain. 2002. *Antropologia da dádiva: o novo paradigma*. Petrópolis: Vozes; GODBOUT, Jacques. 1998. *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: FGV.

⁵ MELUCCI, Alberto. 2001. *A invenção do presente*. Petrópolis: Vozes; SCHERER-WARRREN, Ilse. 1996. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola.

o Programa de Saúde da Família (PSF) e o Programa de Saúde Ambiental (PSA) – significa propor estar em curso uma mudança de paradigma na saúde que pode ter efeitos importantes sobre a participação dos atores locais na organização de esferas cívicas e democráticas. De fato, é defensável a idéia de que ao se aproximar efetivamente da realidade das comunidades locais, trazendo para o conhecimento da opinião pública e dos gestores públicos os problemas singulares da vida social, tais programas contribuem para diminuir as fronteiras entre a atenção básica à saúde e os seus usuários de baixa renda.

A obra é dividida em duas partes, que apresentam artigos que nos convidam a pensar a questão da saúde como um desafio cuja resolução teórica extrapola necessariamente o determinismo biológico, incorporando outros determinantes de valor social, cultural, político e ambiental.

A primeira parte, ‘Novo paradigma em sociologia: as redes sociais’, contém três artigos. O primeiro deles, assinado por Paulo Henrique Martins, tem como título ‘Redes sociais, o sistema de dádiva e o paradoxo sociológico’. Nele, o autor se preocupou em percorrer as discussões sociológicas clássicas e contemporâneas para demonstrar haver uma articulação estreita entre as teorias da dádiva e das redes sociais, a qual constitui uma chave relevante para a elaboração de um pensamento sociológico complexo de grande valor teórico e político, ao mesmo tempo antiutilitarista e humanizante. De acordo com Martins, as redes sociais aparecem como um recurso decisivo para permitir o avanço de programas territorializados, que valorizem a promoção da cidadania e a democratização da vida local. Nesse sentido, ele admite que a integração, pela sociologia, da categoria “paradoxo” implica dizer, primeiramente, que a racionalidade instrumental não constitui a única lógica legítima na explicação da ação social, devendo ser considerados também outros condicionantes não instrumentais da ação humana que se distinguem da obrigação, da liberdade ou mesmo do interesse desinteressado.

O segundo artigo, escrito por Breno Fontes, intitula-se ‘Capital social e terceiro setor: sobre a estruturação das redes sociais em ações voluntárias’. Fontes discute sobre associações voluntárias que vêm, recentemente, sofrendo mudanças importantes nas sociedades ocidentais e a relação que há entre as associações e as redes sociais. Nessa perspectiva se sobressai a relevância da noção de terceiro setor na discussão sobre sociedade civil. Segundo o autor, há, na atualidade, por um lado, ações estruturadoras de solidariedades que se localizam principalmente no mercado e no Estado e que são calcadas na racionalidade instrumental; por outro lado, propõe haver solidariedades vivenciadas no mundo da vida, no “terceiro setor”, calcadas em uma racionalidade substantiva que se desenvolve não a partir de trocas circunscritas à equivalência da lógica mercantil, mas a partir da lógica do dom. Fica clara no artigo sua convicção de que estamos assistindo à emergência de novas redes de solidariedade calcadas na esfera do mundo da vida: “O florescimento das organizações sociais – instrumentos por excelência da potencialização de uma cultura cívica – estaria associado a padrões de sociabilidade particulares, resultantes de tipos específicos de estruturação de redes sociais.” (p. 65).

Há, por fim, ainda nesta primeira parte, um artigo do sociólogo canadense Jacques Godbout, uma das referências mundiais do debate sobre a teoria da dádiva, que tem por título ‘Digressão sobre as redes e os aparelhos’. Neste artigo, o autor diferencia três noções proeminentes para essa discussão, a saber, aparelho, rede e público, subdividindo as redes em mercantis, dependentes e espaciais. De acordo com o autor, uma característica central da modernidade é a relação produtor-usuário, base dos modernos aparelhos, e a ruptura entre organização e clientela, base das antigas redes formais. Godbout entende por aparelho “agrupamentos de agentes sociais organizados especificamente para fins de regulações externas dos públicos”. Há em seu funcionamento, diz, uma ruptura entre o produtor e o usuário, entre o exterior (público) e o interior (aparelho). Os aparelhos são, assim,

heterorregulados. Quanto às redes, o autor comenta não haver nelas “público”, porém, membros ou um conjunto de membros. Assim, diferentemente do aparelho, o seu modo de funcionamento é de auto-regulação. A sociedade moderna, lembra, funciona primeiramente a partir das “redes primárias”. E este reconhecimento é fundamental para se fazer a crítica sobre os limites dos aparelhos na constituição da vida moderna.

A segunda parte do livro, ‘Redes sociais, saúde coletiva e controle de endemias’, apresenta uma discussão mais voltada para a saúde comunitária e para as redes de vigilância em saúde, reunindo quatro artigos.

O primeiro, escrito por Lia Giraldo Augusto, médica e pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Saúde Coletiva (NESC) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), tem como título ‘Saúde, ambiente e desenvolvimento: desafios para a saúde pública’. Nele, a autora apresenta ao leitor os elementos atuais do debate que integram a saúde à questão ambiental. A autora discute essa questão à luz de uma abordagem interdisciplinar, visando contribuir para a construção de novos modelos explicativos no campo da saúde pública que apontem tanto para a promoção da saúde como para a proteção do ambiente, ambos considerados indispensáveis para uma vida saudável. Nesta perspectiva, analisa a questão da saúde a partir de um conceito amplo, que engloba os fatores da natureza, da sociedade, bem como os ideais de bem-estar e dignidade humana. A saúde coletiva é vista nesse âmbito, como uma tentativa de responder a essa visão ampla de saúde.

O segundo artigo dessa temática, ‘Construindo o conceito de redes de vigilância em saúde’, é escrito em conjunto pelos sociólogos Paulo Henrique Martins e Breno Fontes. Os autores buscam tratar a vigilância epidemiológica como algo que tem conexão direta com a questão social, e fazem uma crítica ao modelo de análise individualista de enfoque clínico e biomédico, que tende a separar a “doença e a saúde, a doença e o doente”. Por isso, entendem que o desenvolvimento de uma compreensão mais complexa da Vigilância Epidemiológica

exige uma aproximação com a idéia de saúde coletiva para que possa aparecer não como uma atividade burocrática qualquer, mas como um processo envolvendo diversos agentes: governo, população, organizações civis e científicas (p. 104). Para os autores, o conceito de redes se sobressai como estratégico para se pensar a formação de uma Rede de Vigilância em Saúde auxiliar do Sistema Único de Saúde (SUS). Percebem-na como um indicador ético e político que aponta a relevância da mobilização de recursos sociais locais para amparar políticas sociais descentralizadoras. Assim, distinguem três tipos de redes: sociotécnicas, socioinstitucionais e sócio-humanas.

Breno Fontes, por sua vez, em seu artigo intitulado ‘Sobre a trajetória de sociabilidade: a idéia de rede de saúde comunitária’, prioriza a construção de “um recorte teórico do fenômeno de estruturação de processos de sociabilidade a partir das trajetórias das redes sociais” (p. 121). Destaca que o cerne da discussão das redes é o da reconstrução dos processos de interações dos indivíduos e suas agregações a grupos a partir das vinculações interpessoais construídas em seus cotidianos, ou seja, a partir de seus processos de sociabilidade. O autor ainda explica que o conceito de relés sociais constitui “um mecanismo que produz e divulga a mobilização dos indivíduos para novas redes, recriando-se dessa forma “redes de redes” (p. 124). Nesse sentido, os Agentes Comunitários de Saúde (ACSs) são para ele divulgadores de redes: “O agente de saúde não se incorpora à equipe sozinho, traz consigo suas redes.” (p. 130).

Por último, nesta segunda parte, temos um artigo assinado em conjunto por Solange Laurentino e Lia Giraldo Augusto – ‘Dengue e percepção popular: pontos para reflexão’ –, que traz uma reflexão acerca da problemática da dengue em nosso país e das práticas adotadas pelos programas oficiais de controle dessa endemia. Nesse sentido, as autoras criticam veementemente a utilização de produtos químicos na tentativa de eliminar o vetor da doença (tais como o temefós e o fumacê), desconsiderando as suas conseqüências altamente nocivas à

saúde humana e aos ecossistemas. Propõem, concomitantemente a isso, uma reavaliação do atual modelo, a fim de se arquitetarem novas formas de encarar essa problemática de saúde. Essa é uma discussão urgente, se pensarmos que, segundo os dados das autoras, são cerca de 2,5 bilhões de indivíduos expostos ao *Aedes Aegypti*. Assim, as autoras afirmam a necessidade tanto de se reformular o Programa de Controle da Dengue a partir de uma abordagem complexa como de se promover uma conscientização ecológica e sanitária ampla envolvendo todos os interessados.

Para concluir esta resenha, gostaríamos de assinalar a relevância de se adotar esta perspectiva sociológica complexa – aberta pela associação entre a teoria da dádiva, a teoria das redes sociais e a abordagem da complexidade interdisciplinar presente nas novas idéias sobre promoção à saúde difundidas no campo da Saúde Coletiva – para se pensar os rumos das reformas das políticas públicas no Brasil. Elas convidam a reavaliar ações como aquelas da saúde em seu aspecto sociológico mais amplo, e a valorizar iniciativas importantes como a descentralização e a territorialização em âmbito nacional. Do lado da sociedade civil, faz-se importante a construção de redes sociais que possibilitem aos atores locais tomar consciência de sua participação ativa na formação da esfera pública a partir de trocas circulares que ultrapassem o interesse material imediato da sobrevivência e permitam refundir a solidariedade grupal e comunitária. Do lado do Estado, faz-se premente a criação de mecanismos de gestão pública baseados na proteção e promoção à saúde em ações territorializadas, que assegurem transparência, que gerem confiança entre os usuários, desenvolvendo neles o espírito cívico. Pode-se dizer que essa é uma discussão de significado singular na medida em que complexifica e amplia a idéia de saúde e qualidade de vida.